

Estudo Técnico Preliminar 68/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-727.252/2024-10

2. Descrição da necessidade

Serviço de Vigilância Patrimonial Ostensiva e agente portaria, pelo prazo de 12 meses, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para as unidades da Receita Federal no **Pará**. Conforme Caderno de Logística, considera-se vigilância patrimonial, a atividade exercida dentro dos limites da Receita Federal com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local. Esse serviço deve ser executado por vigilante qualificado, nos termos da Lei nº 7.102 /83, o qual não se confunde com porteiro ou vigia noturno

CATSER 24015 - Serviço de vigilância armada

Os postos de trabalho desejados estão apresentados a seguir, conforme descrição sumária a seguir, baseada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO:

- **Vigilante (CBO 5173-30)**, para realizar atividades de: a) vigiar, de forma ativa, dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; b) zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos realizando rondas e monitorando câmeras e sistemas de alarme; c) recepcionar e controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; d) fiscalizar pessoas, cargas e patrimônio, revistando pessoas e veículos; e) escoltar pessoas e mercadorias; f) vigiar parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; e g) comunicar-se via rádio ou telefone e prestar informações ao público e aos órgãos competentes.

- **Porteiro (CBO 5174-10)**, para realizar atividades de: a) recepcionar e orientar visitantes e contribuintes; b) zelar pela guarda do patrimônio; c) observar o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades; d) controlar o fluxo de pessoas e veículos, identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados; e) receber mercadorias, volumes diversos e correspondências; f) fazer manutenções simples nos locais de trabalho.

Os cargos públicos da Administração não abrangem essa atividade, que tem natureza continuada e é preferencialmente terceirizada, a teor do Anexo I da Lei nº 9.632/1998, art. 3-§1º do Decreto nº 9.507/2018, e art. 1-§ único da Portaria MP 443/2018.

Lei nº Lei nº 9.632/1998. Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.

Decreto 9.507/2018. Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços: I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. § 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Portaria MP 443/2018. Art. 1º (...) Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GABINETE/SRRF02	ALTAIR DE FATIMA CAPELA SAMPAIO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços terceirizados aqui analisados têm natureza continuada e sua prestação exige regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Não se identifica necessidade relevante para promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas. Será adotada vigência tradicional de 12 meses.

Requisitos técnicos específicos

São requisitos essenciais do fornecedor:

- a) ter autorização anual de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83;
- b) ter comunicação à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará;

- c) não ter diretores ou empregados com antecedentes criminais (art. 12 da Lei nº 7.102/83);
- d) não ter capital integralizado inferior a cem mil UFIRS (art. 13 da Lei nº 7.102/83), equivalente a R\$ 106.410,00;
- e) não ter sócio ou administrador estrangeiro;
- f) ter quadro de vigilantes em que todos cumprem os requisitos do art. 15 da Lei nº 7.102/83.

Requisitos técnicos comuns

A leitura da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e de Editais de mão de obra em geral permitem identificar alguns requisitos desejáveis, conforme segue:

I) A Contratada deverá prestar as atividades continuadas típicas do serviço, por intermédio de profissional que apresente as competências pessoais típicas do serviço, conforme descrito no Relatório Tabela de Atividades e no relatório de competências pessoais do respectivo código da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, os quais seguem anexo e integram este certame.

II) O profissional que ocupar o posto de trabalho deverá ter: a) experiência profissional; b) boa apresentação, discrição e iniciativa; e c) boa dicção, polidez no trato com o público e colegas de trabalho.

III) O profissional que ocupar o posto de trabalho NÃO poder ter: a) idade inferior a 18 anos; nem b) parentesco com nenhum ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Receita Federal da 2ª Região Fiscal ou suas unidades jurisdicionadas (Decreto nº 7.203).

IV) A Contratada deverá orientar e instruir o ocupante do posto de serviço sobre a necessidade de: 1. evitar o uso de telefone para assuntos pessoais durante o horário de expediente; 2. prestar o serviço de forma adequada, sem nenhuma anormalidade que comprometa as atividades da Administração; 3. comparecer ao trabalho sempre uniformizado e com aparência pessoal adequada; 4. zelar pela satisfação dos servidores e do público em geral em relação aos serviços prestados, corrigindo eventuais queixas; 5. se manter sempre presente nos horários predeterminados pela Administração; 6. se portar de forma adequada, sem cometer falta disciplinar; 7. comunicar a CONTRATANTE caso eventualmente sua remuneração não venha a ser paga pela CONTRATADA nos prazos e valores pactuados; 8. respeitar o sigilo das informações obtidas na execução dos serviços, e 9. cultivar hábitos de limpeza pessoal e do ambiente de trabalho.

V) O local de prestação de serviços para todos os postos será principalmente na sede da administração, conforme endereço constante em anexo próprio. Porém, o serviço poderá ser eventualmente prestado em local diverso, sempre à serviço da administração, em casos devidamente justificados, a exemplo de palestras e eventos, formação de CAC em ambiente externo, operações especiais de mercadorias apreendidas, etc.

5. Levantamento de Mercado

Considerando o item 3.5 do Anexo III da IN-05/2017, informa-se que a opção de contratação de mão de obra terceirizada segue padrão institucional, fixado no Plano Nacional de Despesas da RFB e em outros processos administrativos similares deste órgão. O objeto da licitação está descrito de forma genérica (nome simples da função e código CBO) e, portanto, não tende a restringir ou limitar a participação de empresas no certame.

6. Descrição da solução como um todo

O serviço tem características padronizadas no mercado, sendo que as obrigações de vigilância patrimonial serão aquelas descritas nas páginas 19-22 (ou 149-152) do Caderno de Logística do Ministério do Planejamento, especificamente nos itens “Descrição dos serviços” e “Responsabilidades da Contratada”, disponível em www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica. As obrigações das contratadas serão as genéricas da minuta padrão da PGFN, bem como aquelas específicas adicionais extraídas da descrição CBO e dos contratos vigentes. Não será permitido que o terceirizado execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas. O endereço dos locais de prestação de serviços está descrito em Anexo próprio.

A descrição dos serviços terceirizados segue o princípio da padronização, considerada a compatibilidade estética, técnica e de desempenho. Não foi possível usar o Catálogo Eletrônico de Padronização, pois o padrão para este objeto ainda não está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. O objeto se refere a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares para apoio e manutenção de assuntos que constituem área de competência legal deste órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços a serem contratados pela Receita Federal no Pará estão hoje organizados em três contratos:

n. 24/2018 com Elite Serviços de Segurança LTDA, CNPJ 00.865.761/0001-06, que expira em 03.10.2024, conforme proc. 10280.721.548/2018-89. Tem custo mensal de R\$ 40.221,04 para quatro postos, sendo: um de 44hs, um de 12hs noturno e dois de 12hs diurno.

n. 04/2021 com Norseg Vigilância e Segurança, CNPJ 12.557.363/0001-01, que vence em 21.03.2025, conforme proc. 10280.720.419/2021-79. Tem custo mensal de R\$ 75.568,76 para onze postos, sendo: oito de 44hs, dois de 12hs noturno e um de 12hs diurno.

n. 04/2022 com Belém Rio Segurança LTDA, CNPJ 17.433.496/0001-90, que vence em 31.07.2025, conforme proc. 10280.720.565/2022-85. Tem custo mensal de R\$ 24.072,00 para dois postos, sendo: um de 12hs noturno e um de 12hs diurno.

Total = 17 vigilantes: nove de 44hs, quatro 12N e quatro 12D.

Dois postos atuais de vigilante 44hs serão convertidos em Porteiro 44hs.

O primeiro contrato já vai expirar agora, em apenas 50 dias e precisa ser licitado rapidamente. Os outros dois vencem só em 2025 e ainda poderiam ser prorrogados, mas é interessante para a administração aproveitar para unificar todos postos de trabalho em um único contrato, para facilitar gestão interna e reduzir custos administrativos, conforme apontado no ETP da Bernhoeft, vide proc. 10280.724614/2024-11.

O quantitativo de postos segue as diretrizes gerais do Anexo Único da Portaria RFB 354/2017:

- a) o art. 6º permite posto **noturno (12x36) apenas para unidades com a presença de Aduana ou Depósito de Materiais Apreendidos (PVH, VHA e GUM) – DMA;**
- b) o art.5º-§5º, impõe a presença 1 (um) posto **diurno (44h) para as demais unidades aqui analisadas, exceto o posto autorizado pela COPOL (GUM); e**
- c) o art. 8º define que o **porte de arma é uma decisão do gestor** e, assim, foi feita previsão em todos os postos, que pode ser eventualmente suprimida a qualquer tempo durante a execução do contrato.

Portaria RFB nº 354/2017, Anexo Único.

Art. 3º (...) ARF: Eletrônica Mínima, sem Vigilância Orgânica [grau de risco 1].

Art. 5º A quantidade de postos diurnos para cada unidade será determinada pelo número de acessos do imóvel, limitado a 2 (dois) postos para as SRRF, DRF, ALF e IRF de Classe Especial e 1 (um) posto por ARF, CAC e IRF. (...)

§ 5º As unidades que exerçam atividades aduaneiras e as unidades que possuam Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA) poderão contratar postos de vigilância 12x36. As demais deverão contratar somente postos de vigilância 44h, salvo se devidamente justificado e autorizado pela Copol.

Art. 6º As unidades que possuam DMA e as unidades que exerçam atividades aduaneiras, com necessidade de acesso aos prédios fora do horário de expediente, inclusive em finais de semana, poderão contratar 1 (um) posto noturno.

Art. 8º A contratação de postos armados ou desarmados ficará a critério do gestor da unidade.

Decreto nº 7.892/2013

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.813.308,59

A pesquisa de preços está apresentada em relatório próprio, que cumpre integralmente a IN 65/2021. O custo mensal estimado de cada tipo de posto está calculado na planilha de custos anexa ao Edital, e o valor financeiro final está resumido na tabela a seguir.

Posto	Carga horária	Local	Meses	Valor unitário mensal	Qtde postos	Valor Mensal	Valor Anual
Vigilante	44hs	Pará	12	5.959,53	7	41.716,69	500.600,31
	12x36 Diurno	Pará	12	11.505,57	4	46.022,28	552.267,40
	12x36 Noturno	Pará	12	13.711,01	4	54.844,05	658.128,64
Porteiro	44hs	Pará	12	4.263,01	2	8.526,02	102.312,24
TOTAL					17	151.109,06	1.813.308,59

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será organizada em lote único, para que todos os serviços estaduais fiquem vinculados a um único contrato e um único fornecedor, em respeito ao princípio da economicidade, para ter economia de escala e obter menor preço de contratação. Caso contrário, seriam diversos contratos e fornecedores para gerir, causando retrabalho e sobrecarga para o reduzido número de servidores na atividade-meio.

Considerando o agrupamento em lote único, o valor do lote ultrapassa o limite de R\$ 80 mil e, portanto, toda a licitação deverá ser "ABERTA" para qualquer empresa em todos os itens, nos termos da Lei Complementar 123/2006, art. 48-I.

Lei Complementar 123/2006. Art. 48 (...) I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens de contratação** cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A administração possui três contratos vigentes de Vigilância no Pará. Será feita unificação para reduzir o número de instrumentos e simplificar a gestão contratual, promovendo maior eficiência e eficácia nos processos administrativos. Serão usados padrões para Edital e IMR acordados em reunião presencial da equipe de licitações nos dias 13 a 22 de maio de 2024.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa despesa continuada está devidamente contemplado no Plano Anual de Contratações 2024, conforme comprovado no Documento de Demanda.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A rotina administrativa requer a integridade física das pessoas e do patrimônio público. O serviço em análise permitirá que a necessária segurança seja prestada de forma eficiente e economicamente vantajosa.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica. As rotinas para fiscalizar e atestar serviços terceirizados em geral já estão institucionalizados e não há necessidade de adequação relevante.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Existem critérios de sustentabilidade relevantes padronizados para este serviço, conforme página 14 do Caderno de Contratações Sustentáveis da SPOA/MF.

Caderno de Contratações Sustentáveis da SPOA/MF

p 14: (...) preferencialmente com mão de obra local;

15. TÓPICOS ADICIONAIS

A. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

A legislação orienta adotar o SRP sempre que pertinente, o que não se aplica no presente caso, pelo qual o pregão será feito na modalidade tradicional.

Lei 14.133/2021. Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; II - **processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;**

Decreto 7.892/13. Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

B. SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DISPUTA DE PREÇOS

A seleção do fornecedor será pelo critério de menor preço e a disputa de preços será no modo “aberto”. Conforme outras licitações do mesmo objeto, o modo “aberto” sempre permitiu disputa de preços satisfatória, inclusive porque esse modo de disputa tende a alcançar o menor preço de reserva dos licitantes em mercado concorrencial.

Optou-se pela divulgação prévia das estimativas de custos para orientar participação das empresas e tentar evitar propostas manifestamente inexequíveis.

C. MODELO DE GESTÃO, EXECUÇÃO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O serviço será medido mediante Instrumento de Medição de Resultados – IMR padronizado em reunião das equipes de licitação e contratos. O pagamento será feito mediante Conta Vinculada, por ser mais simples e eficiente do que a alternativa de Fato Gerador, vide consulta jurídica no e-processo 10240-722.787/2022-17.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Trata-se de serviço terceirizado comum. A pesquisa de preços segue a mesma metodologia usada em outros pregões desta UASG e está amparada em registros do Portal de Compras. O Edital e o Termo de Referência seguem a minuta da PGFN, o padrão de certames anteriores e as descrições de CBO. Há dotação orçamentária. A autorização da autoridade competente foi solicitada em dossiê separado.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO AMORIM ANTUNES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 19/08/2024 às 16:55:41.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 19/08/2024 16:59:18 por Gustavo Amorim Antunes.

Documento assinado digitalmente em 19/08/2024 16:59:18 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 27/09/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP27.0924.19513.8R3V

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
476C807AE32149238337F4C6D5AD82C6B25ADB4540C43EE24C9B997CC09A61AB